



**DOCUMENTO AO GOVERNO E**  
**AOS GRUPOS PARLAMENTARES**

**POSIÇÃO DA USCB/CGTP-IN FACE AO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2007**

**Razões para uma posição**

Em Abril de 2005 a USCB/CGTP-IN apresentou um documento ao governo contendo as propostas, reivindicações e medidas que considera indispensáveis para fazer sair o distrito do atraso e debelar as crescentes dificuldades em que se encontra mergulhado. Mais tarde, no 5º Congresso da USCB/CGTP-IN, estas propostas foram aprofundadas e de novo reafirmadas.

O governo, fazendo ouvidos de mercador, não formulou qualquer resposta, optando por concretizar políticas económicas, sociais e laborais que, para além de contrariarem as promessas que levaram à sua eleição, estão clara e inequivocamente a provocar a destruição do aparelho produtivo e do tecido económico da região com o consequente desemprego, desertificação, abandono e envelhecimento do distrito.

Os dados não enganam e não há malabarismos estatísticos que possam esconder a verdadeira dimensão dos problemas que nos afectam. **Entre 1998 e 2005 só os sectores dos lanifícios e das confecções perderam cerca de 8 Mil postos de trabalho.** Além de que não se pode esquecer que:

- **O sector dos aglomerados de madeira desapareceu praticamente;**
- **O sector da Cerâmica vai desaparecendo de forma lenta e inexorável;**
- **No sector da Construção Civil** verificou-se o abandono da actividade de largas centenas de pequenos empresários e de trabalhadores por conta própria;
- **No Sector Metalúrgico,** verificou-se o desaparecimento e desmantelamento das grandes empresas e o **sector automóvel** procedeu ao despedimento de dezenas de trabalhadores;

- **O Sector do Comércio**, em especial o tradicional, é violentamente atingido pelos encerramentos e trespasses e pela insegurança no emprego;
- **No Sector das Águas** encerrou a única empresa da Covilhã as Águas Sete Fontes com 20 trabalhadores e as Águas do Alardo, no concelho do Fundão reduziram substancialmente o número de postos de trabalho;
- **A Agricultura e a actividade florestal** continuam em constante regressão;
- Entretanto, um número significativo de empresas reduziu o seu número de trabalhadores pela via da rescisão dos contratos a prazo, da rescisão por "mútuo acordo" e por despedimentos arbitrários e unilaterais.

É tempo de inverter as políticas e o caminho que tem sido percorrido pelo governo. O Distrito não pode continuar adiado. O Interior não pode ser sistematicamente esquecido e discriminado.

A direcção da USCB/CGTP-IN, sempre considerou que uma mais justa, equilibrada e racional distribuição dos Fundos provenientes da U.E. e do Orçamento de Estado é condição para corrigir as assimetrias regionais e promover o desenvolvimento sustentado do nosso Distrito.

A direcção da USCB/CGTP-IN, sempre considerou que o combate ao défice orçamental e o aumento da produtividade são indissociáveis de uma arrojada política de dinamização do investimento público e privado com o conseqüente combate ao desperdício e ao consumo supérfluo e o aumento da capacidade aquisitiva das camadas mais desfavorecidas da população pela via do crescimento dos seus salários reais.

O Distrito precisa urgentemente de políticas e investimentos que potenciem o aproveitamento dos seus recursos e abram perspectivas de criação de empregos que dinamizem as cidades e o mundo rural, que fixem a população e sejam motivadores e compensadores para os trabalhadores e, em especial, para a nossa juventude.

Mas o Distrito necessita, também, de um forte impulso ao crescimento dos salários reais. Está hoje mais que provado que uma matriz de desenvolvimento baseada nos baixos salários e na degradação das condições de vida dos trabalhadores condenará o nosso país e a nossa região à desertificação e ao subdesenvolvimento estrutural do nosso Distrito.

Nos últimos anos, o Orçamento de Estado (O.E.), em particular a sua componente do PIDDAC, tem sido um instrumento de mera propaganda que tem sido esvaziado de conteúdo, que tem aprofundado as diferenças entre o Litoral e o Interior e que tem servido

para promover a discriminação dos concelhos em função dos partidos que compõem o Governo e as autarquias. É preciso romper com esta lógica suicida, antidemocrática e anti-nacional.

O O.E. deve ser, tem que ser, um instrumento de promoção da coesão territorial, económica e social.

É este o combate que o Movimento Sindical do Distrito, sem desfalecimentos e sem recuos, vai corporizar com a apresentação de propostas para o Orçamento de Estado do ano de 2007.

Sabemos que já se perdeu demasiado tempo e, se em tempo útil os governos e em particular o actual tivessem adoptado as nossas propostas e reivindicações, estamos certos, ter-se-iam evitado algumas situações profundamente penalizantes para as populações, para os trabalhadores e para o tecido económico e para a região.

Mas, apesar de tudo, ainda há lugar para construir o futuro, daí **as nossas propostas:**

Perante a gravíssima e insustentável situação do distrito, a direcção da USCB/CGTP-IN considera que:

- i. O O.E./2007 deve contemplar orientações e verbas para um Plano de Emergência de carácter Económico e Social para o Distrito visando:
  - Criar uma linha de financiamento visando defender e revitalizar o aparelho produtivo e os postos de trabalho existentes o que implica responder, no imediato, às empresas ainda viáveis que se encontrem em situação problemática e revitalizar a indústria têxtil (lanifícios e vestuário) ainda um pilar económico e social fundamental no Distrito;
  - Promover a diversificação das actividades económicas através da atracção de investimento público e privado para o Distrito com a consequente criação de postos de trabalho;
  - Defender e desenvolver a Agricultura e a Floresta;
  - Modernizar o Comércio e os Serviços;
  - Promover o Turismo;
  - Melhorar os transportes e as acessibilidades;
  - Defender e promover o ambiente.

- Implementar um amplo plano de formação e qualificação profissional directamente dirigido às necessidades das empresas, das novas profissões e das actividades económicas a desenvolver.
  - Superar as carências em infra-estruturas;
  - Assegurar medidas nos planos social, industrial, agrícola, comercial, ambiental e educacional;
  - Coordenar a gestão equilibrada e racional dos programas e fundos comunitários.
- ii. O O.E./2007 deve também contemplar orientações e verbas para projectos e investimentos inter-distritais, que vão para além do espaço físico do nosso Distrito que passam, inevitavelmente, pelos distritos da Guarda e de Castelo Branco e, em especial, pelo eixo Guarda – Belmonte - Covilhã - Fundão - Castelo Branco - Zona do Pinhal e, através da melhoria das acessibilidades (Túneis da Serra da Estrela, IC6 e IC12 com a inclusão do túnel da Alvoaça), abrangerá também os Concelhos de Seia, Gouveia e Manteigas entre outros.
- iii. O O.E./2007 deve ainda contemplar medidas que assegurem a existência de regras de transparência, rigor, responsabilização e controlo na apreciação da utilização e gestão dos Fundos, única forma de se poder minimizar a sua insuficiência no Distrito;
- iv. O O.E./2007 deve também ir no sentido de garantir a alteração dos critérios na distribuição das verbas do PIDDAC de forma a consagrar um maior investimento para as regiões do Interior, possibilitando assim o seu desenvolvimento e a atenuação dos factores de pressão no litoral.
- v. O O.E./2007 deve mostrar que vai no caminho de:
- dar cumprimento às propostas e medidas aprovadas no âmbito do Grupo de Trabalho “Beira Baixa, que Futuro” e concretizar as medidas que, embora insuficientes e limitadas, estão previstas no PRASD;
  - Superar as carências em infra-estruturas de saúde, ensino e educação, segurança social e cultura, garantindo-lhes uma gestão pública moderna, flexível e responsabilizante;
  - Melhorar os transportes e as acessibilidades, mantendo o IP2, o IP5 e o IP6, a A23 e a A25 sem portagens em nenhuma destas vias, concluir o IC8 e o IC6 com

características de auto-estrada e construir o IC12 com a inclusão do túnel da Alvoaça e o IC31 que ligará Castelo Branco a Monfortinho e Espanha;

- Modernizar a Linha Ferroviária da Beira Baixa até à Guarda e proceder a um estudo de viabilidade de utilização da linha ferroviária com horários acessíveis aos empregos no eixo Guarda-Belmonte-Caria-Covilhã-Tortosendo(zona Industrial)-Fundão Cidade e Zona Industrial-Castelo Branco e vice-versa.
- Defender a água como bem e gestão públicas, travando a sua privatização;
- Defender e promover o ambiente;
- Implementar uma política de prevenção dos incêndios e a reflorestação das áreas ardidas onde o Estado tem de assumir as responsabilidades que lhe cabem na implementação de medidas que obriguem os proprietários a cuidar das florestas, começando por assumir as suas próprias obrigações como maior proprietário;
- Implementar medidas contra a pobreza e a exclusão social e políticas efectivas de inclusão e inserção laboral e social;

**A USCB/CGTP-IN considera** que, para sair da crise económica e social é imperioso **concretizar uma estratégia de desenvolvimento económico e social do país que tenha por princípio o combate às assimetrias regionais e à desertificação do Interior**, implicando a articulação das propostas acima referidas com as políticas gerais nacionais.

Por isso, o O.E./2007 deve igualmente apostar:

- No combate à chamada **informalidade ou economia clandestina e paralela**, promovendo a justiça fiscal e combatendo a fraude e a evasão fiscais;
- Na diminuição de forma generalizada dos **impostos para os trabalhadores por conta de outrem**, mas discriminando positivamente os estratos sociais mais desfavorecidos, por via da alteração nos escalões de rendimento do IRS de forma a não penalizar os trabalhadores devido à inflação;
- Na melhoria do poder de compra das pensões;
- Na promoção de uma real **política fiscal de discriminação positiva do Interior**, beneficiando as empresas instaladas e a instalar desde que as mesmas respeitem as regras de protecção ambiental e cumpram com as suas obrigações

sociais perante a sociedade e com os direitos laborais e sociais dos seus trabalhadores.

**Mas o O.E./07 tem ainda que ser um instrumento que ajude a promover a coesão social e reduzir as desigualdades, implicando:**

- a **melhoria dos salários reais** pois constitui um pilar essencial de uma estratégia de desenvolvimento económico e social do país. Uma força de trabalho qualificada e com bons salários e condições de trabalho constitui, nas sociedades de hoje, a condição primeira para sustentar uma economia baseada no conhecimento, para obter uma repartição mais equilibrada do rendimento e para dinamizar a procura interna. Por isso a USCB/CGTP-IN defende como vectores essenciais da política de salários:
  - x a fixação de salários pela contratação colectiva tendo como critérios básicos a inflação, a produtividade e a aproximação salarial à média da UE-15;
  - x a valorização do salário mínimo nacional que deve processar-se a um ritmo superior ao do salário médio, por forma a que em 2010 se situe nos 500€.
- **Salvaguardar a segurança social pública, universal e solidária**, preservando a sua sustentabilidade financeira;
- Definir uma **política de prestações sociais**. Neste sentido, deverá o Governo:
- Comprometer-se a rever o subsídio de doença de forma a não penalizar os beneficiários nas baixas médicas até 90 dias;
- Apresentar um relatório com vista a serem tornadas medidas que permitam um combate eficiente à fraude contributiva;
- Valorizar o **subsídio de dependência** cujo valor deverá ser fixado, no regime geral, em 100% da pensão social (acamados e situações de demência grave e 70% nas restantes);
- Exigir o cumprimento das quotas de **emprego para deficientes**, nos serviços públicos (5%), definido no Decreto-Lei nº 29/2001 de 3 de Fevereiro, medida fundamental para a integração dos deficientes no mundo do trabalho e promover medidas que valorizem as suas capacidades.

A USCB/CGTP-IN defende ainda:

- A majoração em 15% do valor do abono de família a partir do segundo filho e repor a sua universalidade;
  - A criação de uma nova prestação de protecção à maternidade e paternidade, a atribuir aos trabalhadores em situação de desemprego, inscritos nos respectivos Centro de Emprego, mas que não tenham direito a prestações de desemprego ou tenham esgotado os respectivos períodos de concessão;
  - Licença por maternidade de duração igual a 150 dias, com subsídio de maternidade no montante de 100% da remuneração de referência;
  - Melhoria da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais e do direito a reabilitação médica e profissional.
- **Defender o Serviço Nacional de Saúde Público, Universal e Gratuito,** devendo-se:
- x Defender o incremento nos Cuidados Primários de Saúde, como porta de entrada do SNS, dando prioridade aos investimentos nos **Cuidados Primários de Saúde**, em especial no que se refere aos recursos humanos, através da formação de médicos especialistas de medicina geral e familiar e de saúde pública, de enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica, de forma a garantir a cobertura adequada do Distrito;
  - x Defender os cuidados de proximidade às populações mantendo, nomeadamente as Maternidades existentes na Beira Interior;
  - x Avaliar e fiscalizar, de forma sistemática e continuada, as actividades, os resultados, os níveis de qualidade dos serviços prestados, a universalidade e a igualdade de acesso dos cidadãos ao **sistema público de saúde**;
  - x Efectivar o direito à **educação sexual e ao planeamento familiar**, despenalizando, ainda, a **IVG** até às 12 semana;
  - x Investir na formação de mais enfermeiros, para que deste modo se possam oferecer mais e melhores cuidados, de forma a vir de encontro a centenas de jovens portugueses que ficam impossibilitados de ingressar no ensino superior de enfermagem, por insuficientes vagas disponibilizadas às Escolas Superiores de Enfermagem.

- x *Implementar uma política do medicamento* que assegure a redução do preço dos medicamentos, devendo ser aumentada a parte dos genéricos;
- x Proceder à actualização progressiva e gradual as **comparticipações** (oftalmologia, próteses e ortóteses, etc.) do regime geral, aproximando-as ao regime da ADSE;
- Promover uma política educativa que dignifique a **Escola Pública, Gratuita, de Qualidade e para Todos**, único garante para uma sociedade que se quer solidária, democrática e desenvolvida;
- Desenvolver uma **política de investimento na inovação e na investigação e desenvolvimento** no Ensino Superior articulando-a com a **política de educação/formação** e estabelecendo uma verdadeira **cooperação com as estruturas económicas e sociais locais**;
- **Combater o abandono escolar**, investindo em dispositivos de prevenção e de apoio escolar e dotar as escolas de meios técnicos e humanos necessários;
- Proceder à **construção, renovação e recuperação** das instalações de escolas e jardins-de-infância, bem **como equipar com material de apoio** e fazer a manutenção dos equipamentos já existentes;
- Investir na **acção social escolar** com aprovação de medidas como o aumento do valor das bolsas e subsídios, atribuição de livros escolares gratuitos, a concessão, em número suficiente, de alojamento em residências, correcção no imediato de injustiças praticadas no 1º CEB ( parente paupérrimo também nesta área), entre outras medidas de discriminação positiva;
- **Promover a cultura, o desporto e a ocupação dos tempos livres**

Covilhã, 18 de Setembro de 2006

A Direcção da USCB/CGTP-IN



**União dos Sindicatos de Castelo Branco**

SEDE: R. Azedo Gneco, 24 • 6200 COVILHÃ • Tels.: Geral 275 335 846 - Seguros e Formação 275 336 314 • Fax 275 313 994 • Email: uscb.cgtp@mail.telepac.pt  
DELEGAÇÃO: Av. General Humberto Delgado, 77 - 2º Esq. Fr. • 6000 CASTELO BRANCO • Tel. 272 343 434 • Fax 272 343 452 • Email: uscb.delegacao@oninet.pt